



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

ACESSO DE ADOLESCENTES QUE EXPERENCIARAM A GRAVIDEZ A AÇÕES DE SERVIÇO DE SAÚDE NO BRASIL

Anne Giselly da Silva Sousa¹

Marcos Ryan Loiola Lima²

Guilhermi da Silva Maia³

Pedro Lucas Ferreira Mota⁴

Maria Rocineide Ferreira da Silva⁵

Lucas Dias Soares Machado⁶

INTRODUÇÃO

A adolescência é compreendida como um período de transição da infância para vida adulta, marcado pelo desenvolvimento social, físico, emocional e busca da autonomia, com modificações significativas no modo de sentir, pensar, tomar decisões e interagir com o mundo. Dessa forma, compreendendo que essa fase é fundamentada na construção da subjetividade, é frequente ao público a experimentação de novos contextos, o que predispõe a situações de vulnerabilidades como a gravidez na adolescência, problemática de saúde pública geradora de desafios para gestores e formuladores de políticas públicas (MELO; SOARES; SILVA, 2022; PINTO et al., 2022).

Sob este prisma, aponta-se que mais de 21 milhões de adolescentes entre 15 e 19 anos engravidam no mundo, sendo cerca de metade destas gravidezes não planejadas. Tratando-se do Brasil, entre 2010 e 2019, registraram-se aproximadamente 5,2 milhões de nascimentos de mães na adolescência (PINTO et al., 2022).

Gestar precocemente surge como uma complexidade à mulher, uma vez que apresenta potencial de comprometimento da visão de futuro dessas e seus filhos. Para além dos aspectos subjetivos e individuais, a gravidez evidencia, em sua maioria, panoramas vulneráveis, fundamentados nas desigualdades sociais e propagação da pobreza, gerando repercussões maternas e neonatais desfavoráveis (ASSIS et al., 2022).

Nesse contexto, as ações de saúde, sobretudo o pré-natal, surge como estratégia de acompanhamento e desenvolvimento seguro da gestação. Contudo, as gestantes na adolescência apresentam barreiras na integração do cuidado e assistência, assim comprometendo a asseguarção das informações recebidas (MELO; SOARES; SILVA, 2022). Sob essa perspectiva, o Programa Saúde na Escola (PSE) assume um papel fulcral na integração do cuidado a adolescente, por meio de ações de prevenção e promoção produzida pelos setores da saúde e da educação, atuando de modo a contribuir para melhoria da qualidade de vida dessa parcela populacional (ANUNCIACÃO et al., 2022).

Destarte, buscar reconhecer as individualidades e potencialidades de uma população é fundamental para atender e resolver um evento (MARTINS et al., 2019). Dessa maneira, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) surge como mecanismo de monitoramento

¹ Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: annegiselly.sousa@urca.br

² Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: marcos.ryan@urca.br

³ Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: guilhermi.maia@urca.br

⁴ Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: pedro.lucas@urca.br

⁵ Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Ceará, rocineide.ferreira@uece.br

⁶ Enfermeiro, mestre em Enfermagem, Universidade Regional do Cariri, lucas.machado@urca.br



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

de fatores de risco e situações pertinentes a saúde do adolescente escolar, disponibilizando dados nacionais que possibilitam a avaliação e análise de um contexto, de modo a propiciar a construção de mecanismos de enfrentamento. Assim sendo, objetivou-se analisar o acesso de adolescentes que experienciaram a gravidez a ações de serviço de saúde no Brasil em 2019.

MÉTODOS

Estudo transversal, com abordagem quantitativa, com delineamento nacional, utilizando os microdados da PeNSE edição 2019.

A PeNSE surge por meio de parceria com o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), e auxílio do Ministério da Educação. Dentre suas atribuições, objetiva-se analisar os fatores preditores de risco a saúde do adolescente. A população contemplada envolve discentes do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas e privadas brasileiras. A amostragem foi fundamentada no censo geográfico, mantendo as esferas e extratos geográficos (CONDESSA et al., 2019).

A população do estudo contemplou 80.788 mulheres adolescentes escolares do 9º ano do ensino fundamental, de escolas públicas e privadas nacionais em 2019. A amostra foi composta por 1.609 mulheres adolescentes escolares que já engravidaram alguma vez.

O estudo considerou já ter engravidado alguma vez como variável dependente e como variáveis independentes as variáveis sociodemográficas, idade, raça/cor e região; e as escolares, ano/turma, localização da escola e administração escolar. Foram considerados ainda questionamentos quanto ao recebimento de orientações na escola sobre prevenção de gravidez e obtenção gratuita de camisinha. Para avaliar o acesso aos serviços de saúde, analisou-se as respostas ao questionamento pela busca por serviço ou profissional de saúde para atendimento a própria saúde considerando o último ano, o local desta busca e os objetivos de buscar no serviço de saúde por métodos contraceptivos e/ou teste para Infecções Sexualmente Transmissíveis, tais como HIV, Sífilis e/ou Hepatite B.

Os dados foram organizados em planilhas do Microsoft Office Excel 2016 e processados no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 8 versão 25. Utilizou-se de análise descritiva, a partir de medidas de frequência absoluta e relativa, e inferencial, a partir do teste Qui-quadrado de Pearson. A escolha do teste adequou-se frente a ausência de distribuição normal dos dados detectada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk. Utilizou-se o limite de 0,05 para atestar a significância dos testes.

A pesquisa seguiu as normativas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (MALTA et al., 2022), com aprovação pelo Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob parecer nº 3.249.268/2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 1609 adolescentes escolares que já engravidaram alguma vez, caracterizadas, em sua maioria, por serem pardas (871; 54,1%), com idade entre 16 e 17 anos (710; 44,1%) e residindo na região Nordeste (618; 38,4%). As adolescentes estudavam, a maior parcela, em escolas de zona urbana (1449; 90,1%), de administração pública (1426; 88,6%) e cursando o 3º ano do ensino médio (418; 26%).

Realizou-se testes de qui-quadrado de independência para averiguar a relação entre ter engravidado alguma vez e as variáveis sociodemográficas e escolares, com significância estatística para todas as relações analisadas ($p < 0,05$). As adolescentes da região Nordeste



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

apresentaram maiores chances de ter engravidado ($\chi^2(4)=84,734$; $p<0,001$), assim como mulheres pardas ($\chi^2(6)=210,759$; $p<0,001$) e com idade entre 16 e 17 anos ($\chi^2(4)=2563,574$; $p<0,001$).

Quanto as variáveis escolares, apresentaram mais chances de ter engravidado ao menos uma vez as adolescentes escolares de instituições públicas ($\chi^2(1)=912,369$; $p<0,001$), da zona urbana ($\chi^2(1)=77,964$; $p<0,001$) e cursando o 3º ano do ensino médio ($\chi^2(10)=797,014$; $p<0,001$).

Identificou-se prevalência entre as participantes de orientações recebidas na escola quanto a prevenção de gravidez (1183; 73,5%; $p<0,001$) e como conseguir camisinha gratuitamente (1268; 78,8%; $p<0,001$).

Quanto a procura por serviços de saúde, a maioria das participantes relatou ter buscado por serviço ou profissional de saúde para atendimento relacionado a própria saúde no último ano (1103; 68,6%; $p<0,001$), sendo maior a busca pela Unidade Básica de Saúde (535; 33,3%; $p<0,001$). Apenas 2,2% (35; $p<0,001$) das adolescentes buscou o serviço de saúde para obter métodos contraceptivos (preservativos, anticoncepcional, pílula do dia seguinte, DIU etc.) e 0,7% (11; $p<0,001$) para realizar teste para HIV, Sífilis ou Hepatite B.

Evidencia-se por meio dos dados que a gravidez na adolescência assume um papel desproporcional, dado que meninas de classe social baixa são afetadas de modo intenso refletindo as vulnerabilidades. Assim, as repercussões do problema se direcionam ao cotidiano, atuando de modo negativo por meio das alterações biológicas, econômicas, familiares e educacionais (PONTES et al., 2023).

A gravidez na adolescência apresenta repercussões nos modos de viver e ter saúde da adolescente, do recém-nascido e seus familiares, cabendo ressaltar o aumento na evasão escolar com perpetuação da faixa de pobreza devido a baixa escolaridade, redução de oportunidade de empregos e manutenção de iniquidades sociais (PINTO et al., 2022).

É válido ressaltar que os dados não devem ser subalternados, tendo em vista que a gestação nessa fase impacta a continuidade da vida, seja pela predisposição intrínseca a fatores de risco como pré-eclâmpsia e outras infecções, ou pelos aspectos relacionados a estabilidade de relacionamentos, instabilidade psicossocial, violência ou rejeição (ASSIS et al., 2022).

O acesso universal a reprodutividade é considerado um direito fundamental à mulher. Destarte, a saúde reprodutiva deve ser garantida e assegurada mediante contato aos serviços seguros e apropriados de saúde fornecendo à mulher subsídios para o processo de gestar com segurança. Enfatiza-se que muitas são as barreiras para controle e amenização do contexto. Contudo, a educação assume um papel clarificador dos agravos relacionados a área, na forma que fornece subsídios para prevenção e promoção da saúde (PONTES et al., 2023).

Observa-se que a escola tem cumprido seu papel social de preparar o adolescente para vida fora da instituição, a partir da oferta de informações referentes a gravidez, sua prevenção e obtenção de preservativo. Entretanto, reforça-se a necessidade de fortalecer suas contribuições ao envolver os adolescentes em atividades participativas, adequadas a realidade social vivenciada e com propósito de empoderar estimulando a autonomia. Para tanto, é imprescindível a colaboração intersetorial entre educação e saúde, com desenvolvimento de ações efetivas para a saúde do adolescente pelos profissionais de saúde, em especial da atenção básica.



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

Destaca-se ainda a necessidade de criar e defender oportunidades de encontro entre os profissionais de saúde e os adolescentes, com espaços na agenda, proposição de grupos educativos e fomento a participação social; assim como entre estes profissionais e a escola, por meio de parceria com objetivos, planejamento, implementação e avaliação em comum e sinérgicos.

Estas reflexões são relevantes para enfermagem uma vez que esta profissão se responsabiliza multiprofissional e interdisciplinarmente pela atenção ao pré-natal e planejamento sexual e reprodutivo, destacando variáveis a serem consideradas na atenção ao público adolescente.

CONCLUSÃO

Observou-se maiores chances de ter engravidado alguma vez para adolescentes da região Nordeste, de raça parda e com idade entre 16 e 17 anos, assim como para aquelas cursando o 3º ano do ensino médio, de instituições públicas e da zona urbana. A maior parte das adolescentes relatou ter recebido orientações na escola quanto a prevenção da gravidez e como conseguir camisinha gratuitamente. A busca por serviços ou profissionais de saúde deu-se pela maioria das participantes, sendo a Unidade Básica de Saúde o local mais acessado.

A alta proporção de meninas que não informaram sobre já ter engravidado alguma vez, omitindo esta informação, apresenta-se como uma fragilidade às inferências, posto a possibilidade de subestimativas. A não investigação de fatores mediadores ou confundidores pode ser apontada como uma fragilidade, desvelando possibilidades para outras pesquisas sobre este objeto.

REFERÊNCIAS

ANUNCIAÇÃO, L. L.; CARVALHO, R. C. DE.; SANTOS, J. E. F.; MORAIS, A. C.; ALMEIDA, V. R. S. DE.; SOUZA, S. DE L. Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde na escola. *Saúde debate*, v. 46, n. spe3, p. 201–12, 2022Nov. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E315>

ASSIS, T. DE S.C.; MARTINELLI, K. G.; GAMA, S. G. N. DA.; SANTOS, N. E. T. DOS. Reincidência de gravidez na adolescência: fatores associados e desfechos maternos e neonatais. *Ciênc saúde coletiva*. v. 27, n. 8, p. :3261–71, agosto, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.00292022>

CONDESSA, L. A.; CHAVES, O. C.; SILVA, F. M.; MALTA, D. C.; CAIAFFA, W. T.. Sociocultural factors related to the physical activity in boys and girls: PeNSE 2012. *Revista De Saúde Pública*, n. 53, v. 25. 2019. Doi: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000516>

MARTINS, M. M. F.; AQUINO, R.; PAMPONET, M. L.; PINTO JUNIOR, E. P.; AMORIM, L. D. A. F. Acesso aos serviços de atenção primária à saúde por adolescentes e jovens em um município do Estado da Bahia, Brasil. *Cadernos De Saúde Pública*, v.35, n.1, p. e00044718, 2019. Doi :<https://doi.org/10.1590/0102-311X00044718>



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

MELO, M. M. DE .; SOARES, M. B. O.; SILVA, S. R. DA. Fatores que influenciam a adesão de gestantes adolescentes às práticas recomendadas na assistência pré-natal. Cadernos Saúde Coletiva, v. 30, n. 2, p. 181–188, abr. 2022.

PINTO, I. R.; SILVA, J. A. da.; PARRA, P. C.; WERNET, M.; FONSECA, L. M. M.; RUIZ, M. T.; Gestações na adolescência e adesão à consulta puerperal. Rev Latino-Am Enfermagem, v. 30, n. (spe), p. :e3703, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.6269.3703>

PONTES, B. F.; QUITETE, J. B.; CASTRO, R. C.; FERNANDES, G.C.; JESUS, L.; TEIXEIRA, R. C. Fatores relacionados a gravidez na adolescência: perfil reprodutivo de um grupo de gestantes . R Pesq Cuid Fundam. 2023. Doi: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.11972>

Agradecimentos

Ao Fundo de Combate à Pobreza – FECOP, pelo financiamento das bolsas de extensão e iniciação científica da Universidade Regional do Cariri.